

**ALMA E VIDA: OS DESLOCAMENTOS DE ERNESTINA LESINA, O
COTIDIANO E A LUTA DAS MULHERES OPERÁRIAS
(início do século XX – São Paulo)**

CAROLINE GONÇALVES*

A proposta deste artigo, apesar de ser o embrião da pesquisa de mestrado em andamento, tem como intuito abarcar os processos de deslocamentos representados por uma imigrante italiana socialista, cuja identidade foi frequentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem, Ernestina Lesina. Desta forma, além de se observar um deslocamento físico da imigrante, destaca-se o deslocamento de uma corrente de idéias trazida principalmente através da revista “*Anima e Vita*”, repleta de valores que influenciaram o pensamento das mulheres operárias e as ajudaram na luta por melhores condições de trabalho e vida. Sendo assim, a cidade de São Paulo representou o universo de tensões vivido pelas mulheres trabalhadoras e o lugar privilegiado do cotidiano e das experiências dessas mulheres operárias, evidenciando suas lutas e conquistas durante o início do século XX.

O período do início do século XX abrange a República Velha, a consolidação de uma nova ordem política nacional que expressa a primazia econômica dos estados produtores de café - São Paulo e Minas Gerais - constituindo-se também como um momento crucial para a economia brasileira, com o nascimento da urbanização paulista associada à acumulação capitalista cafeeira, ao processo de industrialização e à disseminação do trabalho assalariado “livre” concomitante ao processo imigratório. Assim, observa-se que a consolidação do trabalho assalariado apresentava relevância para a gestação industrial do país além de possuir características peculiares em termos de inserção ocupacional na cidade de São Paulo, principalmente em relação ao papel da mão-de-obra feminina, abrindo novas perspectivas de análise.

É neste contexto de construção do sistema fabril no Brasil que se situa a expansão da indústria têxtil em São Paulo, servindo de exame para chegar aos movimentos das mulheres operárias neste período. Elas lutavam por melhores condições de trabalho e

* Mestranda em História social pela PUC-SP. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Este artigo faz parte da pesquisa inicial de mestrado em desenvolvimento no programa de pós-graduação da PUC-SP.

pelo reconhecimento da própria condição de ser mulher, já que representavam a maioria da mão-de-obra utilizada nos serviços têxteis.

Portanto, o escopo da pesquisa é mapear e rastrear a vida da imigrante italiana Ernestina Lesina, suas inserções e influências no tecido social, suas relações com as comunidades italiana e operária, suas interações nas lutas sociais da época e suas atividades de engajamento político e social. É um estudo que visa à constituição de um sujeito histórico, analisando as transformações e os deslocamentos pelos quais passou e como construiu suas práticas cotidianas. Deste modo, a cidade de São Paulo é vista além de um território físico como um território que possui códigos: lugar onde as mulheres trabalharam, circularam e moraram (ROLNIK, 1992).

O tema abordado tem por contribuição ampliar o leque temático sobre história e gênero, história e biografia, história e imprensa, visando recuperar a presença das mulheres para além da análise em perspectiva econômica, enriquecendo o conjunto das informações já disponíveis e dos estudos sobre as mulheres no Brasil, as quais tiveram influência na luta operária e na ruptura dos costumes estabelecidos nas primeiras décadas do século XX. No caso da pesquisa, essas mulheres seriam representadas por uma figura feminina específica: a italiana imigrante Ernestina Lesina.

Como afirma Rago (2007), a importância do estudo das mulheres se dá justamente por elas não viverem isoladas na sociedade, por interagirem em múltiplas relações sociais com o sexo oposto, não podendo desprezar a historicidade da constituição cultural e social do próprio ser-mulher e ser-homem. Além disso, deve-se ater pelas diferenças sexuais e de direito entre os trabalhadores das primeiras indústrias de São Paulo.

De acordo com a crença da natureza feminina, a mulher era dotada biologicamente para desempenhar as funções da vida privada. Basicamente a mulher era destinada a se casar, gerar filhos e educá-los. Restava à esposa o papel doméstico, considerado inferior às tarefas destinadas ao homem. Dentro dessa ótica, não havia espaço para a mulher fora do lar, e nem para o homem dentro de casa, já que a vida pública, a rua e o trabalho pertenciam a ele, ao marido cabia a chefia da sociedade conjugal (MALUF; MOTT, 1998).

Com o advento da industrialização nos primeiros anos do século XX, São Paulo molda-se numa nova paisagem urbana, povoada por uma população nova e heterogênea,

repleta de imigrantes, egressos da escravidão e de representantes das elites que se mudavam do campo para a cidade. A cidade de São Paulo passava a oferecer outras oportunidades de trabalho, ainda que desiguais, começando a sintetizar novas experiências e linguagens. Os costumes seriam quebrados pelas mudanças da ordem social, inovações nas rotinas das mulheres e principalmente modificações nas relações entre homens e mulheres. O avanço do feminismo e as frequentes reivindicações das mulheres por maiores oportunidades acabaram por abrir novas profissões para as brasileiras fora do lar, porém, ainda eram inúmeros os empecilhos ao acesso a determinadas ocupações. As ofertas disponíveis eram consideradas uma extensão das atribuições às mulheres: professora, enfermeira, datilógrafa, secretária, telefonista, operária das indústrias têxtil (MALUF; MOTT, 1998). Observa-se, portanto, que a mulher passava por outro tipo de deslocamento: do espaço privado (os afazeres dentro de casa) para o espaço público (o trabalho fora de casa).

Diante desta realidade, o que salta aos olhos é a associação entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade social, pois o discurso da mentalidade da época condenava as mulheres operárias, uma vez que a fábrica era considerada como antro da perdição, bordel ou lupanar, enquanto a trabalhadora era vista como uma figura indefesa e passiva. O trabalho da mulher fora de casa era visto como a destruição da família, as crianças cresceriam mais soltas, sem os cuidados das mães, as mulheres deixariam de dar atenção e carinho exclusivos aos seus maridos, além do que uma parte delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (RAGO, 1997). Acima de tudo, as mulheres operárias sofriam com as péssimas condições de trabalho, os baixos salários, a ausência de uma legislação trabalhista e a violência patronal, levando à proliferação dos movimentos operários (RAGO, 2007).

Assim, observa-se sobremaneira o valor das mulheres num contexto de mudanças sociais, as suas expressões e manifestações buscavam ultrapassar os limites impostos pela mentalidade social vigente da época, não apenas em prol de direitos trabalhistas comparados aos dos homens, mas também, em transformar a identidade de ser mulher pré-estabelecida pelos padrões da época. Cabe destacar a importância do tema que traz como inédito uma personagem pouco conhecida (Ernestina Lesina), mas que atuou de forma relevante a favor da condição feminina na busca por melhores condições de vida das operárias. Além disso, dirigia uma revista (*"Anima e Vita"*) com uma visão

feminista, mais um fator relevante a ser salientado, tendo em vista que a imprensa operária estava quase em sua totalidade nas mãos de visões masculinas.

O artigo configura-se como uma demonstração dos resultados e das vertentes da história social, apresentando propostas metodológicas que se entrecruzam entre história e gênero, história e biografia, assim como história e imprensa. Além disso, contribui para redefinir e ampliar noções tradicionais do significado histórico expandindo as visões do passado, já que há grandes segredos ainda a serem desvendados, muitos encobertos por evidências e documentos inexplorados ou desconhecidos.

Em relação à análise entre história e gênero, observa-se que a proliferação dos estudos sobre a abordagem de gênero vem crescendo no âmbito acadêmico a partir da década de 70, devido às conquistas femininas por novos espaços, principalmente no mercado de trabalho e nas universidades. Porém, apesar de crescentes, ainda são escassas e setorializadas as publicações sobre o assunto. (MATOS, 2000).

Diante deste contexto, a orientação do enfoque histórico, antes centrada nos estudos das elites e dos heróis masculinos, abre novos caminhos em direção às mulheres, restaurando diferentes verdades e sensações com a descoberta das “histórias de gente sem história”, buscando proferir experiências e anseios de atores, aos quais se negaram voz e espaço dentro do discurso histórico tradicional (MATOS, 2000).

Já em relação ao estudo entre história e biografia, segundo Gomes (2004), o uso de biografias como fontes documentais passou, recentemente, a ser considerado fonte privilegiada de análise e objeto da pesquisa histórica. Sendo assim, a vida individual assumiu valor e autonomia em relação ao todo, é dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso. A pesquisa evidenciará como uma trajetória individual, a de Ernestina Lesina, teve seu percurso alterado ao longo do tempo, devido às modificações do contexto social, e também mostrará como o mesmo período da vida pode ser decomposto em tempos com ritmos diversos: o privado (o seu papel como mulher) e o público (sua atuação no movimento operário) (GOMES, 2004).

Apesar do tema estabelecer uma relação entre história e biografia, não seguirá os passos de uma biografia tradicional, optando-se por um viés analítico e, nesse processo, entendendo-se Lesina como uma possibilidade de apreender trajetórias juntamente com questões de um grupo de identidade e/ou de uma época (SILVA, 2009). Será através da

personagem principal que se dará, ao longo da tese, lugar às relações sociais, à vida operária, às regras econômicas, à conjuntura histórica, às questões femininas, enfim, todo o contexto estabelecido durante o início do século XX em São Paulo. Como afirma Levi: “a biografia conserva sua especificidade. Todavia a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias” (LEVI, 1989: 170).

Ao ler sobre biografias, nota-se a dimensão da História, com áreas que se cruzam e se confundem, depara-se com uma quantidade de temas contidos na própria biografia, como: a micro-história, os estudos de caso, a História oral, as histórias de vida, a vida cotidiana e as discussões sobre memória, gênero, geração e família (BORGES, 2010). A biografia histórica representa a melhor maneira de registrar os laços entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, ou seja de experimentar o tempo como prova de vida (LEVILLAIN, 2003).

Os fatos serão recuperados por meio de pequenos acontecimentos apresentando outra configuração das relações entre a história, levando o leitor a pensar a biografia dentro da narrativa historiográfica. Portanto, o relato da trajetória e do deslocamento da pessoa comum, no caso, de Ernestina Lesina, apresenta-se ligado a um contexto bem maior do que propriamente sua vida e ações em detalhes, revelando muito mais do cotidiano vivido pelas mulheres operárias, durante o início do século XX na cidade de São Paulo.

Assim sendo, de acordo com a visão de Ginzburg ao afirmar que: “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989:175). Dessa forma, tomando-se como ator protagonista da trama histórica Ernestina Lesina, refletir-se-á de que forma ela contribuiu para a disseminação da cultura operária, tanto através da revista “*Anima e Vita*” em prol dos direitos das mulheres trabalhadoras, quanto pela influência no movimento das mulheres operárias, distribuídas principalmente nas indústrias têxteis durante o período e o lugar escolhidos para o estudo.

Ademais, como se observa, a imprensa aparecerá como fonte e também como objeto de pesquisa da proposta da tese de mestrado (relação história e imprensa), seguindo uma ampliação da compreensão sobre as fontes que os estudos históricos passaram a

incorporar de forma crescente. Assim, a imprensa analisada para a construção da dissertação da tese não servirá apenas como mera fonte de informação, ou como mero depositário de acontecimentos, nem mesmo será deslocada e articulada à produção de uma narrativa sobre como ocorriam os movimentos operários naquele período, mas sim estabelecerá um deslocamento que conduzirá o leitor para o entendimento da história social (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007: 258).

Segundo Luca (2010), a História dos movimentos operários ganhou destaque no meio acadêmico entre 1970 e 1990, não se tratando mais de lidar com periódicos de opinião empresarial, mas sim de manusear folhas: sem periodicidade ou número de páginas exatas; sem receita publicitária; escritas por não profissionais e sim por militantes abnegados; na maioria em língua estrangeira, sobretudo em italiano e espanhol; o que caracterizava a classe imigrante operária das fábricas.

Ao promover um debate sobre a importância da imprensa no campo da História Social, Cruz (2008a) expressa que a imprensa popular busca estimular as reflexões sobre o estudo de ambientes sociais, redes de comunicação e veículos, que têm tido pouco espaço nas pesquisas acadêmicas frente a grande imprensa e/ou publicações mais estruturadas. A imprensa popular articula-se num universo amplo de impressos, nos quais, em diferentes momentos e conjunturas históricas, assumiu-se ou foi denominada como radical, alternativa, dissidente ou independente. Como será analisado na revista “*Anima e Vita*”.

Questão central para a área dos estudos sobre a imprensa brasileira é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade, problematizando suas articulações aos movimentos e as lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos de sua atuação. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjuntura (CRUZ, 2008b: 32).

Por conseguinte, a definição do tema deu-se pela aproximação inicial com a imprensa e atração da fonte principal: a revista “*Anima e Vita*” - dirigida por uma mulher, Ernestina Lesina - que encontrava-se no Arquivo Edgard Leuenroth (Centro de Pesquisa e Documentação Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade

Estadual de Campinas). Assim, num primeiro momento de contato com a fonte documental, desenvolveu-se a sensibilidade de leitura, organizou-se minimamente o trabalho e identificou-se o periódico, anotando seu título, datas limites de publicação, periodicidade e a classificação de acesso ao acervo em que se desenvolve a pesquisa (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Além da revista, serão contemplados outros periódicos anarquistas, “*Aurora*”, “*A Lanterna*”, “*La Battaglia*”, “*A Plebe*”, “*A Terra Livre*”, entre outros a serem descobertos e vasculhados acerca do tema em debate.

Perante a apresentação do tema com suas referentes problemáticas, a demonstração das fontes documentais e as descrições metodológicas, o artigo desenvolve agora uma reflexão sobre a conjuntura do período escolhido, mostrando aspectos relevantes para o desenvolvimento do estudo.

Os resquícios coloniais procedentes do sistema escravocrata somados à mentalidade agrarista das elites brasileiras representaram as principais limitações do progresso industrial brasileiro. Nota-se que, somente na segunda metade do século XIX, deu-se início um acanhado processo de industrialização, por meio da substituição de bens de consumo importados. O início da República e a proliferação do trabalho assalariado, principalmente em São Paulo, acarretaram melhores condições para a expansão da indústria no Brasil (MENDONÇA; PIRES, 2002).

É por meio destes precedentes históricos que se configurarão os lastros da formação industrial no Brasil, principalmente em São Paulo, servindo de análise central para a localização dos movimentos operários nas indústrias têxteis e possibilitando a base do objetivo da pesquisa proposta.

Segundo Cano (1998), durante as primeiras décadas do século XX, a base industrial foi induzida pelo crescimento da renda interna, resultante do processo de expansão cafeeira. Por conseguinte, a economia cafeeira construiu os alicerces necessários para o progresso industrial, devido à resolução dos problemas de infra-estrutura, como o dos transportes ferroviários, o do porto marítimo, o de comunicação e de urbanização. Como afirma o próprio autor, “o complexo cafeeiro paulista desde cedo precipitou a formação e o desenvolvimento de um mercado de trabalho que, resultaria em menores pressões nos custos de produção” (CANO, 1998: 244).

De qualquer forma, assim como observado na Europa, a indústria têxtil teve papel pioneiro no Brasil, além de ocupar uma posição de destaque nos primeiros anos do século XX. “Isso se deve, também, ao fato dos tecidos constituírem uma mercadoria básica de consumo dos próprios proletários, necessária para a reprodução da força de trabalho” (FOOT; LEONARDI, 1982: 36).

Como salientou Suzigan (1986), na indústria têxtil de algodão o investimento aumentou progressivamente entre 1887 e 1893, 60 novas fábricas de tecidos de algodão foram fundadas. O crescimento da demanda interna do mercado deu início à diversificação da indústria de algodão (incorporando a produção de tecidos estampados, artigos coloridos e finos), juntamente ao nascimento das fábricas de lã e de toda a indústria de sacaria de juta.

No período pré-1930, o mercado de trabalho paulistano era caracterizado pelo excedente de oferta de trabalho, mais de 50% dos empregos “industriais” da capital paulistana era composto de operários assalariados. Havia flexibilidade dos salários, elevada instabilidade do emprego, ausência de legislação trabalhista e uso indiscriminado de mulheres e crianças, realizando extensas jornadas de trabalho e exploração constante (BARBOSA, 2008).

Por conseguinte, é por meio dessas condições expostas que se compreende a concentração industrial em São Paulo e a peculiaridade do mercado de trabalho na região. Estas reflexões assumem especial significado, se for levado em conta que somente a partir dessa realidade, que se compreende o papel da mulher e os impasses sociais com os quais ela se defrontou.

De acordo com Rosa Ribeiro (1988), segundo as estatísticas do final do século XIX, os trabalhadores das indústrias de fiação e tecelagem de São Paulo eram compostos por 49,95% de mulheres e 22,79% de crianças; já em 1912, os trabalhadores do sexo feminino totalizavam 3.642, considerando adultas e crianças, isto é, 71,75% do operariado global. E no recenseamento de 1920, a participação de mulheres e menores dentro do setor têxtil era da ordem de 58,79%, ou seja, mais da metade do operariado do setor era composta por esta força de trabalho no estado de São Paulo.

Os motivos que determinavam o emprego abusivo de mulheres e menores neste tipo de indústria eram os baixos salários, as tarefas sem especialização técnica e nem grande

esforço muscular e a facilidade no controle comportamental por parte dos patrões. Por outro lado, a mulher e os filhos eram forçados, pela miséria, a entrarem no mercado de trabalho em busca de fonte de renda para sobrevivência, porém restritos a determinados ramos fabris (RIBEIRO, 1988).

As alternativas restritas de emprego, aliadas à miséria condicionavam uma atitude de subordinação frente ao autoritarismo do regime fabril. [...] A facilidade na imposição da disciplina de fábrica para essa força de trabalho advinha da própria situação social em que estavam inseridos a mulher e a criança – a submissão a uma autoridade do marido, pai, irmãos – regra socialmente válida que se refletia no meio fabril na subserviência ao mestre e ao contramestre (ROSA RIBEIRO, 1988: 159).

Perante a esta realidade, Rago (2001) descreveu a rotina de trabalho nas fábricas, as quais eram demasiadamente exploráveis, variando de 10 a 14 horas diárias de trabalho pesado, sob a supervisão dos patrões e contramestres. Em suma, na divisão do trabalho, as mulheres eram responsáveis pelas tarefas menos especializadas e mal remuneradas; enquanto os cargos masculinos, de direção e de concepção, eram efetuados pelos mestres, contramestres e assistentes. Desta maneira, as reclamações das operárias contra as explorações dos patrões, as péssimas condições de trabalho, a falta de higiene nas fábricas, o controle disciplinar abusivo e o assédio sexual encontram espaço na imprensa operária, devido à carência de uma legislação trabalhista que pudesse proteger o trabalho feminino, principalmente as operárias (RAGO, 2001).

Matos (1999) ao analisar a indústria de juta, na qual apresenta participação relevante da mão-de-obra feminina, observa que os operários têxteis eram distinguidos dos outros trabalhadores pelos salários mal pagos e que além do salário ser diferenciado pela idade ou sexo entre os operários, ou seja, os operários adultos ganhavam mais que os menores, os homens tinham salários superiores aos pagos às mulheres, para igual serviço.

Em 1912 a média do salário feminino representava 65% do masculino, e a do menor chegava a representar menos da metade da remuneração adulta masculina. [...] A complexidade da estrutura salarial, aliada ao amplo universo de determinação das remunerações nas mãos do patronato, foi elaborada visando tanto diminuir os custos das forças de trabalho como despojar o trabalho do conhecimento de seu salário. Os critérios aleatórios dos industriais comprimiam os salários ao máximo. O operariado, por sua vez, enfrentava, denunciava e resistia (MATOS, 1999: 80-83).

No estudo de Rosa Ribeiro (1988), o ambiente das fábricas têxteis vivido pelos numerosos operários, os quais compunham fileiras lado a lado das máquinas, era caracterizado pela densa camada de poeira, calor abafado somado à umidade e barulho

ensurdecedor das batidas compassadas dos teares. Entre as condições de insalubridade vivente em todas as fábricas apontava o ar confinado, provido da falta de infra-estrutura das construções fabris que prejudicava a circulação do ar. Porém, o cotidiano desses trabalhadores tornava imperceptíveis os danos causados na saúde pelo ambiente fechado e pela poeira, transparecendo na perda de disposição ao trabalho, na fadiga precoce, na vulnerabilidade às doenças infecciosas e irritações cutâneas.

Nas salas de fiação nos dias de verão, ao contrário, o calor era seco e intenso. Os operários agitados com as tarefas, sob alta temperatura, por vezes eram acometidos pela insolação. Suas resistências estavam minadas, trabalhavam com esforço, consumiam suas reservas de energia. A inapetência os atingia, com o que não conseguiam repor do desgaste, e assim formava-se um ciclo vicioso (RIBEIRO, 1988: 128).

Diante das péssimas condições de trabalho vividas pelas mulheres operárias, para o entendimento de como elas expressaram suas reivindicações, faz-se necessário entender correntes de pensamento que permearam a organização dessas mulheres, ou seja, o movimento anarquista e suas implicações na formação da cultura operária, descritos a seguir.

Como analisou Fausto (2000), o anarquismo e o socialismo no Brasil germinaram de sementes importadas, o que ele classificou como “planta exótica”, isto é, os imigrantes aqui residentes, os quais viriam a ser os operários, trouxeram as raízes que culminaram nas correntes revolucionárias da época.

A luta “puramente anárquica” era o anarco-sindicalismo, e que tornara a tendência predominante nos círculos libertários. O sindicato – a um tempo instrumento de conquista dos mínimos direitos de classe trabalhadora e pré-figuração da sociedade futura – seria o único órgão capaz de agrupar, de solidarizar os operários conscientes, com base em seus interesses econômicos comuns (FAUSTO, 2000: 74).

Ao considerar a questão feminina, as mulheres anarquistas procuravam mostrar, por intermédio da “revolução social” mais ampla, a emancipação da mulher, buscando a igualdade, a justiça e a liberdade de toda humanidade. Na luta cotidiana, as operárias anarquistas questionavam “não apenas o patriarcalismo da sociedade brasileira, mas a discriminação sexual no meio operário e no ambiente de militância política. Propunham, pois, um feminismo libertário” (RAGO, 2001: 597).

As anarquistas almejavam a formação de uma sociedade autônoma ou libertária, enraizada não na competição ou na descomedida busca pelo lucro, mas sim pela solidariedade entre os indivíduos. Nesta sociedade sonhada não haveria distinção de

raça, idade, sexo ou classe socioeconômica, todos teriam o mesmo direito. Principalmente nas relações de gênero, as mulheres possuiriam novas oportunidades não só no trabalho, mas na vida social, no lar, no casamento e na família. “Para isso, deveriam lutar contra todas as formas de manifestação das relações de poder, tanto nas fábricas quanto nas escolas, nos sindicatos, nos grupos sociais e políticos e mesmo no próprio lar” (RAGO, 2001: 597).

Além do anarquismo, o socialismo, apesar da menor expressão social, representou relevância ideológica no âmbito da política operária durante as três primeiras décadas do século XX no Brasil. O Partido Socialista foi fundado em 1902, propondo como programa mínimo em relação aos trabalhadores: proibição de pagamento de salário não monetário, descanso semanal de no mínimo 36 horas consecutivas, responsabilidade penal e civil dos patrões nos casos de acidentes de trabalho, proibição de trabalho para menores de 14 anos, proibição de trabalho de mulheres quando da existência de perigo para a maternidade e inconvenientes para a moralidade, regulamentação da segurança e higiene no ambiente de trabalho e limitação da jornada de trabalho a 8 horas no caso de adultos, mulheres e homens, de 6 horas para menores, entre 14 e 18 anos. O amparo à mulher trabalhadora compunha um dos eixos de discussão do movimento operário socialista, pois pretendia uma legislação especial que procurava manter a mulher no mercado de trabalho, porém restrita a certas atividades, com o intuito de preservar mental e fisicamente para as tarefas privadas, estipulando um tempo máximo no qual sua força de trabalho fosse vendida, de forma a garantir tempo para suas atividades domésticas (PENA, 1981).

As atuações das libertárias nas greves, nas agitações públicas e sua organização foram inúmeras durante o período estudado, como fica claro nos jornais operários da época e nos exemplos a seguir. Em 1901, explode uma greve na fábrica de tecidos Sant’Anna, situada no Brás, em que as operárias reclamam contra a introdução de uma nova tabela de remuneração por tarefa, que rebaixaria seu salário real e incitaria os operários a aumentarem a produção. Em outubro de 1902, as operárias da fábrica de tecidos Anhaia, no Bom Retiro, iniciam um movimento grevista contra os maus-tratos do mestre de teares. Logo em dezembro de 1902, as operárias da fábrica de tecidos Sant’Anna voltam a protestar e desta vez contra a multa imposta pela gerência à falta num dia determinado, que os operários consideravam santo, porém uma semana depois, um

grupo de operárias da mesma fábrica exige a demissão de dois superiores hierárquicos, seguindo a greve até janeiro de 1903. Em 1908, as mulheres e crianças que trabalhavam na fábrica de tecidos Matarazzo também entram em greve devido ao rebaixamento das suas tarifas de fome; já que o ano anterior (1907) foi marcado pela greve das costureiras de carregação no estado de São Paulo, reivindicando aumento de salários aos seus patrões (RAGO, 1997).

Além das greves citadas, as mulheres tiveram participação primordial na Greve Geral de 1917, iniciada pelas operárias das oficinas do Cotonifício Crespi, em busca de aumento entre 10 e 15% nas tabelas em vigor e a abolição do desconto de 2% mensais em favor do Comitato Italiano Pró Pátria - um tributo de guerra imposto pelos industriais italianos aos seus trabalhadores independente da nacionalidade. Além dessas exigências, também denunciavam o emprego de 200 crianças que ocupavam os lugares dos operários adultos, sendo amplamente prejudicadas tanto na educação quanto na saúde (LOPREATO, 2000).

Outro fator importante a ser considerado, é a questão da imprensa operária, a qual estava totalmente nas mãos de elementos do sexo masculino. Assim, a história da participação das mulheres nas lutas sociais da época é sempre registrada sob um prisma masculino, de uma forma distorcida, o que certamente faz-se perder outros momentos e elementos da atuação feminina nas lutas operárias (RAGO, 1997). Portanto, Ernestina Lesina, sendo diretora de uma revista, "*Anima e Vita*", destinada aos trabalhadores operários, teve papel diferenciado e único nos registros da época, pelo fato de ser uma das únicas mulheres a ter conquistado seu espaço na imprensa.

Através desse panorama apresentado que se refletem as questões das mulheres operárias durante os primeiros anos do século XX, procedida de uma consciência germinada dos anarquistas e socialistas operários, os quais se organizavam numa luta ferrenha na busca por melhores condições de trabalho, pela dignidade de trabalhador e de ser mulher. É neste conjunto de fatores que se insere o papel de Ernestina Lesina.

Ernestina Lesina era italiana, socialista, destacou-se na atuação político-partidária e dedicou-se à defesa das mulheres operárias do começo do século. Em 1905, foi uma das fundadoras de uma revista operária - "*Anima e Vita*" - redigida em italiano, próxima do formato jornal, com oito páginas e duas colunas, impressa na capital paulista que teve

grande relevância nos registros de greves iniciadas espontaneamente pela ação feminina. Além de ser uma brilhante oradora em manifestações de trabalhadores, defendeu a emancipação das mulheres operárias (RAGO, 1997; FAUSTO, 2000; MARTINS, 2001).

Encabeçada por Lesina, foi fundada a Associação das Costureiras de Sacos (1906) em parceria com as companheiras pela luta da redução da jornada de trabalho, pelo aumento pago pela costura e pela organização sindical (MATOS, 1999; 2002). O que expressava o papel decisivo das mulheres trabalhadoras nas greves de 1901 a 1917 era a denúncia de maus-tratos e exploração, sobretudo das costureiras têxteis. Lesina também participou, ao lado de Antonio Piccarolo, da sociedade “Galileo Galilei”, promovendo em São Paulo durante maio de 1904, um congresso das sociedades e instituições italianas no Brasil. Tal evento apresentava como qualidade o pluralismo, dando lugar para todas as facções regionais e políticas (desde clero aos socialistas), entre os temas abordados tinha-se o intuito de promover meios para a difusão da língua e da cultura italiana no Brasil (TRENTO, 1989), influenciando a cultura operária, uma vez que a maioria dos operários no Brasil era de origem italiana.

Portanto, será por meio deste escopo teórico resgatado na literatura científica acerca do tema, e através das fontes ainda a serem exploradas e detalhadas no decorrer do mestrado, que se sustentará o foco da pesquisa: os deslocamentos de Ernestina Lesina e o seu papel no âmbito das lutas operárias encabeçadas pelas mulheres trabalhadoras. A pesquisa estará baseada numa análise tanto da cultura disseminada pela revista “*Anima Vita*”, quanto do deslocamento físico e de idéias que influenciaram o pensamento das mulheres operárias da época.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Ed. UNICAMP/IE, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. Imprensa Popular, Memória e Comemoração. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo: ANPUH/SP, 2008a.

_____. No avesso das comemorações: Memória, Historiografia e o Bicentenário da Imprensa. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 39, jul-dez. 2008b. , pp. 11-36.

_____; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n. 35, dez. 2007, pp. 253-270.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Editora, 1982.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LEVILLAIN, Phillipe. Os Protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LOPREATO, Christina Roquette. **O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2000.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord). **História da Vida Privada no Brasil**, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: EDUSC, 2002.

_____. **Por uma História da Mulher**. São Paulo: EDUSC, 2000.

_____. **Trama e Poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RAGO, Margareth. Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil (1890-1930). In: PISCITELLI, A.; MELO, H. P.; MALUF, S. W.; PUGA, V. L. (Orgs). **Olhares Feministas**. Brasília: Edições MEC/Unesco, Edição Eletrônica, Coleção Educação para Todos, 2007.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (Org); BASSANEZI, Carla (Coord). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto-Ed da UNESP, 2001.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Editora da UNICAMP/Hucitec:, 1988.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade?. In: FERNANDES, A. e GOMES, M.A. **Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, 1992.

SILVA, Tânia Soares da. **Paula Sousa, “arauto da modernidade”**. Um estudo da elite paulista (1843-1917). Tese (Doutorado em História Social) – PUC-SP. São Paulo, 2009.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Editora Nobel, 1989.